

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.833, DE 2015

(PLS nº 103/2015)

Altera o art. 14 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, para dispor sobre o Projovem Campo – Saberes da Terra.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado ÁTILA LIRA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do nobre Senador José Agripino (PLS nº 103/2015), visa alterar a Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projem), para determinar que a modalidade do referido Programa denominada Projovem Campo – Saberes da Terra promova também a formação técnica inicial em empreendedorismo rural.

Nos termos da iniciativa, a formação prevista terá como eixo a disseminação de conteúdos diretamente relacionados à vida no campo e aos empreendimentos rurais, de forma a desenvolver competências empresariais por meio da utilização de instrumentos gerenciais de planejamento, organização de controle de empreendimentos rurais. Ao final da formação, os estudantes receberão a certificação de Jovem Empreendedor Rural - Nível I.

A proposição tramita em regime ordinário e foi distribuída à apreciação das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O projeto foi aprovado, 13 de setembro último passado, pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, nos termos do parecer do Relator, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Nesta Comissão de Educação, não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O Projovem Campo – Saberes da Terra destina-se a elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, com idade entre 18 e 29 anos, residentes no campo, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental.

O Programa busca integrar a qualificação social e a formação profissional, de forma a possibilitar ao jovem que atua na agricultura familiar a conclusão do ensino fundamental, na modalidade da educação de jovens e adultos, por meio da utilização da proposta pedagógica da alternância, bem como a melhoria da qualidade de vida da população do campo.

A proposição ora em apreço pretende ampliar a formação desses jovens da agricultura familiar, de forma a conferir-lhes competências que possibilitem melhor gerenciamento da produção nas pequenas propriedades rurais.

Louvamos a iniciativa do nobre Senador José Agripino de buscar aprimorar a qualificação desses agricultores que são responsáveis por aproximadamente 70% da produção de alimentos no nosso País. O pequeno agricultor familiar ocupa papel decisivo na agroindústria brasileira e é fundamental que se apoiem os cerca de 8 milhões de jovens que hoje vivem no campo e participam ativamente da produção agrícola.

Sugerimos algumas alterações a fim de aprimorar o texto oriundo do Senado Federal. A primeira delas é em relação à expressão “formação técnica inicial” utilizada no proposto §1º. O termo “técnica” na educação profissional, conforme disposto na própria Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

(LDB), está vinculado à educação profissional técnica de nível médio, ofertada àqueles que estão cursando ou já cursaram o ensino médio. Uma vez que o Projovem Campo tem por objetivo a conclusão do ensino fundamental, consideramos mais apropriada a utilização da expressão “formação profissional inicial” no lugar de “formação técnica inicial”.

Também não vemos como interessante estabelecer no texto legal a denominação da certificação a que o jovem fará jus, dado que os conteúdos ministrados na referida formação podem sofrer alterações ao longo do tempo, bem como a denominação da certificação dos cursos.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 3.833, de 2015, do Senado Federal, com as emendas em anexo.

Sala da Comissão, em de dezembro de 2016.

Deputado ÁTILA LIRA
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.833, DE 2015

Altera o art. 14 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, para dispor sobre o Projovem Campo – Saberes da Terra.

EMENDA DE RELATOR Nº 01

Substitua-se, no art. 1º do PL nº 3.833, de 2015, que altera o art. 14 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, a expressão “formação técnica inicial”, constante do § 1º, pela expressão “formação profissional inicial”.

Sala da Comissão, em de dezembro de 2016.

Deputado ÁTILA LIRA
Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.833, DE 2015

Altera o art. 14 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, para dispor sobre o Projovem Campo – Saberes da Terra.

EMENDA DE RELATOR Nº 02

Suprima-se o § 3º do art. 1º do PL nº 3.833, de 2015, que altera o art. 14 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008.

Sala da Comissão, em de dezembro de 2016.

Deputado ÁTILA LIRA
Relator